

 JUSTIÇA DO TRABALHO



RELATÓRIO PLANO ESTRATÉGICO

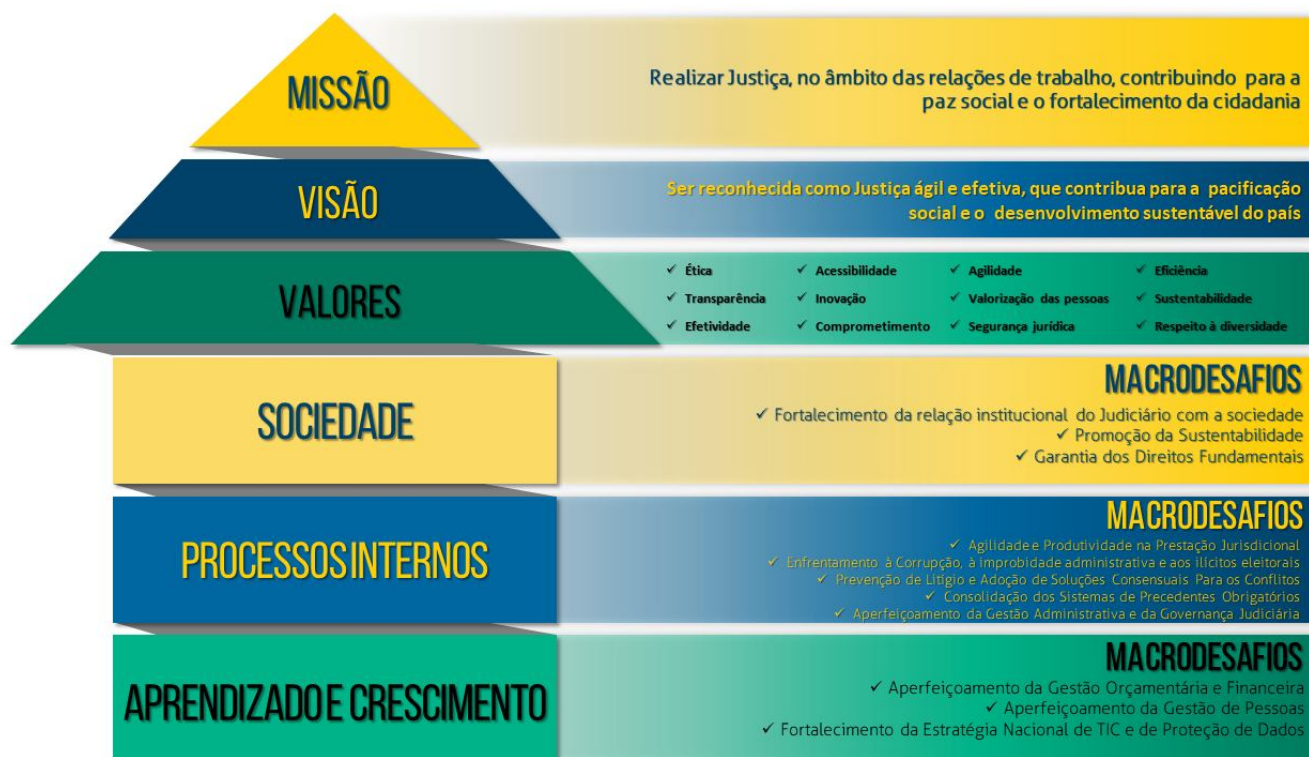
2021 a 2025

São Luís, março de 2026

APRESENTAÇÃO

Mapa Estratégico

Resultados do Plano Estratégico Institucional



O Tribunal aprovou, com a Resolução Administrativa TRT16 nº 139, de 24 de julho de 2025, a revisão do seu Plano Estratégico Institucional para o período 2021- 2026, consolidando as ações definidas por meio de processo colaborativo entre as várias unidades judiciais e administrativas do Regional, e com a participação da sociedade, a partir de uma análise de ambientes internos e externos, bem como apresenta, de forma clara, objetiva e transparente as diretrizes do Planejamento Estratégico do Tribunal 2021-2026, alinhando-se ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Os objetivos estratégicos aprovados estão relacionados aos macrodesafios do Poder Judiciário e ao conteúdo temático dos objetivos da Justiça do Trabalho, bem como observam as especificidades do próprio Tribunal. A seguir, os resultados dos indicadores do Plano Estratégico de 2021 a 2025. Os indicadores revisados seguem no Quadro 2.

Resultados de 2021 a 2025

Macrodesafios	Objetivo Estratégico	Indicadores	Metas	2021	2022	2023	2024	2025
FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Pesquisa de Imagem da JT(PI-JT)	1		68%	54%	72,2%	Revisado
		Índice de Transparência (IT)	2	91,30%	88,94%	94%	96,62%	Revisado
		Índice de Satisfação de Serviços (ISS)	3	15	50	15	15	Revisado
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE e GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Índice de Integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário (IIA)	4	100%	100%	100%	0%	Revisado
		Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)	5	60,27%	68,95%	64,05%	62,7%	Revisado
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	Garantir a duração razoável do processo	Índice de Processos Julgados (IPJ)	6	101,27%	107,57%	104,44%	98,42%	97,06%
		Índice de Processos Antigos (IPA)	7	107,76%	104,92%	105,73%	99,89%	99,66%
		Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais (TCL)	8	89,55%	116,08%	117,61%	128,57%	100%
		Tempo de Tramitação	9		117 dias	104 dias	8 dias	Revisado

		dos Processos Pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 2º GRAU						
		Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário - 1º GRAU	10	23%	65%	45,55%	48%	Revisado
ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Índice de Atendimento às Deliberações e às Recomendações Decorrentes de Auditoria	11		45%	62%	41,7%	Revisado
PREVENÇÃO DE LITÍGIO E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Índice de Conciliação (IC)	12	129,18%	108,02%	120,95%	134,04%	117,84%
CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATORIOS	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	Tempo Médio entre o Trânsito em Julgado do Precedente e o Trânsito em Julgado do Processo em que a Tese deveria ser aplicada (TMTJ)	13	240	278	249	314	Revisado
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Índice de Desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos "Governança" e "Dados e Tecnologia" (IDPQ)	14	64,73% e 88,98%	65,33% e 83,08%	84,71% e 94,00%	78,48% e 92,58%	76,8% e 94,9%
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Índice de Execução das Dotações para Despesas	15	93,30%	98,70%	99,40%	99,70%	Revisado

		Discricionárias (IEDD)						
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	Índice de Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores (ISMS)	16	62,05%	74,14%	31,90%	11,64%	42,9%
		Índice de CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS (ICM)	17	100%	100%	92,86%	100%	Revisado
		Índice de CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES (ICS)	18	62%	74%	81,71%	72,52%	Revisado
FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS	Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	Índice de Processos Judiciais Eletrônicos (IPJe)	19	100%	100%	100%	100%	Revisado
		Índice de Satisfação com os Sistemas de TIC (ISS-TIC)	20	87,20%	83,90%	87,90%	92,00%	Revisado
		iGovTIC-JUD-Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD)	21	62,18%	75,72%	84,31%	92,08%	Revisado

Legenda

Maior ou igual 100% de cumprimento	
Entre 90% e 100% de cumprimento	
Abaixo de 90% de cumprimento	
Sem mensuração	
Sem Meta	
Pontuou no Prêmio CNJ	

Resultados dos Indicadores após revisão

Macrodesafios	Objetivo Estratégico	Indicadores	Metas	2025
FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Índice de Satisfação (IS)	1	Não mensurado
		Índice de Ações Integradas de Comunicação Social (IAIC)	2	86,7%
		Índice de Divulgação de Memória Institucional (IDMI)	3	80%
PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE e GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Estimular a Inovação no Poder Judiciário (Meta Nacional 9 de 2025)	4	2 projetos
		Índice de Combate ao Trabalho Infantil (ICTI)	5	100%
		Índice de Desempenho do Trabalho Decente (IDTD)	6	100%
		Índice de Desempenho Ambiental (IDA)	7	Não mensurado
AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	Garantir a duração razoável do processo	Índice de Processos Julgados (IPJ)	8	97,06%
		Índice de Processos Antigos (IPA)	9	99,66%
		Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais (TCL)	10	100%
ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Índice de Integridade	11	73 pontos

PREVENÇÃO DE LITÍGIO E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Índice de Conciliação (IC)	12	117,84%
CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATORIOS	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	Índice de Capacitação em Precedentes Obrigatórios - ICPO	13	0%
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA	Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Índice de Efetividade das Ações de Melhoria da Governança Pública (IEAMGP)	14	71,43%
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Índice de Cumprimento da Lei Complementar Nº 200/2023 (ICLC200)	15	98,7%
		Índice de Aderência do Planejamento da Execução Orçamentária (IAPEX)	16	76,8% e 27,12%
		Índice de Aderência do Planejamento da Execução Orçamentária de Projetos (IAPEP)	17	Não mensurado
APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	Índice de Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores (ISMS)	18	42,9%
		Índice de Efetividade da Prevenção e do Enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação (IEPEVAD)	19	16 pontos
FORTELECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS	Aprimorar a Governança de TIC e a	Índice de Conformidade com a Privacidade e	20	Não mensurado

	proteção de dados	Proteção de Dados dos Usuários (ICPPDU)		
--	-------------------	---	--	--

Resumo de Cumprimento do Plano Estratégico 2025



Após a revisão realizada em 2025, o Plano Estratégico do TRT16, com período de vigência de 2021 a 2026, passou a ter um total de 10 objetivos estratégicos e a eles associados 20 indicadores. No ano de 2025, não foram mensurados os seguintes indicadores: índice de satisfação, índice de desempenho ambiental, índice de aderência do planejamento da execução orçamentária de projetos e o índice de conformidade com a privacidade e proteção de dados dos usuários. Foram cumpridas um total de 11 (onze) metas. As mensurações demonstram que, após as ações realizadas, 06 (seis) metas não foram atingidas. Cumpre ressaltar o maior índice de transparência já obtido pelo TRT16, 96,62%.

Dos 10 (dez) objetivos estratégicos, 04 (quatro) foram cumpridos integralmente.

Aprendizado e Crescimento			Processos Internos				Sociedade	
ICLC 200	ISMS	ICPPDU	EI	IDA	TCL	ICPO	IAIC	IDMI
IAPE X	IEPEVA D	IAPE P	ICTI	IPJ	II	IEAM GP	IS	
			IDTD	IPA	IC			

Resultados dos Indicadores estratégicos Associados aos Objetivos

Legenda

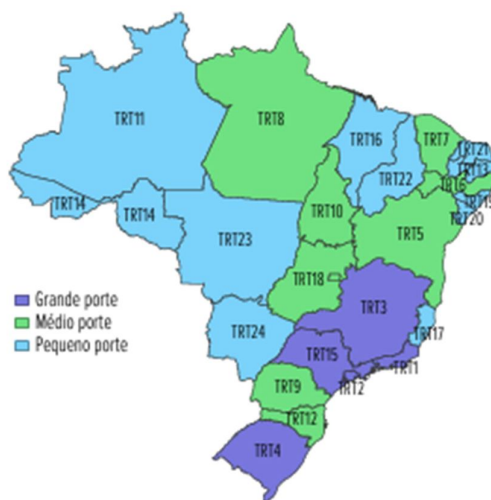
Verde	Cumprimento ≥ 100%
Amarelo	Cumprimento ≥ 90% < 100%
Vermelho	Cumprimento < 90%
Cinza	Não mensurado

Resultados dos Objetivos Estratégicos 2025



Informações Relevantes

Classificação do Porte



O Conselho Nacional de Justiça, anualmente classifica os Regionais segundo o porte. O TRT da 16ª Região é classificado como de pequeno porte. Para a construção do índice, são usados os seguintes atributos: despesas totais; casos novos; processos pendentes; número de magistrados(as); número de servidores(as) (efetivos(as), requisitados(as), cedidos(as) e comissionados(as) sem vínculo efetivo); e número de trabalhadores(as) auxiliares (terceirizados(as), estagiários(as), juízes(as) leigos(as) e conciliadores(as)).

- Link para acesso ao Plano Estratégico do TRT-MA

<https://www.trt16.jus.br/governanca-institucional/gestao-estrategica/planejamento-estrategico>

- Link para acesso às Metas e Estatísticas

<https://www.trt16.jus.br/governanca-institucional/estatistica>

- Link para acesso Aos Comitês, Subcomitês, Comissões, Grupos de Trabalho e Núcleos

<https://www.trt16.jus.br/governanca-institucional/colégiados-tematicos>